



ARQUIVO CULTURAL: DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

Giulia Crippa, Professora Titular, curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – *campus* Ribeirão Preto, giuliac@ffclrp.usp.br

Ieda Pelógia Martins Damian, Professora Doutora, curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – *campus* Ribeirão Preto, iedapm@usp.br

Resumo

O trabalho busca levantar a produção científica disponível na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Periódicos Capes, sobre a gestão do conhecimento em arquivos culturais. Tem-se o uso do termo arquivo em relação a coleções e lugares que se constituem a partir de materiais distintos dos documentos contidos em arquivos tradicionais, mas que utilizam este termo para serem identificados. Estes arquivos podem se beneficiar de uma gestão do conhecimento eficaz. A Gestão do Conhecimento é uma temática que está ocupando posições de destaque nos mais diversos contextos organizacionais, uma vez que o conhecimento passou a ser considerado o recurso estratégico que deve ser gerenciado com primazia em todas as organizações. Indaga-se de que maneira várias áreas do conhecimento enfrentam a questão do documento enquanto evidência, levando à formação de novos paradigmas de arquivos e coleções que surgem do entrelaçamento entre produção artística, tecnologias e necessidades da memória cultural. Analisa-se como as bases de dados da Ciência da Informação tratam os problemas da gestão do conhecimento em arquivos culturais. Trata-se de pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nas áreas que discutem os conceitos-chave de Arquivo, Memória, Documento e de pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, do tipo descritiva e exploratória. Os resultados revelam que, por mais importantes que sejam os temas envolvidos neste levantamento, não foi identificado nenhum artigo científico no período de 2007 a 2017 que correlacionava a Gestão do Conhecimento com os arquivos culturais.

Palavras-Chave: Arquivo Cultural; Gestão do Conhecimento; Produção Científica; Ciência da Informação.

Introdução

Há algumas décadas, um dos lugares de organização e preservação de documentos mais antigos e estáveis em suas definições e conceitos, o arquivo, está no centro de discussões e mudanças que investem desde seus materiais como, de maneira mais teóricas, suas próprias funções. Se, de fato, o arquivo, desde sua origem na antiguidade, nasce “maduro” - na medida

em que é o lugar em que se guardam materiais que se chamam documentos e que desempenham funções práticas ligadas à administração - é também verdade que ele tem sido alvo de atenções renovadas voltadas para a acumulação de informações, a organização e exposição de objetos, a produção de listas e inventários, oferecendo, assim, novas perspectivas na reflexão sobre sua própria conceitualização.

A memória do arquivo existe na forma de documentos, mapas, textos literários, cartas, restos arqueológicos, vídeos, filmes, CDs, enfim, itens resistentes à mudança. Arquivo vem do grego, referindo-se etimologicamente a um edifício público em que se guardam registros, provindo de *arkhé*, que significa também começo, primeiro lugar, o governo. O arquivo, assim, sustenta desde o começo o poder. A memória de arquivo trabalha a distância, acima e além de tempo e espaço, como uma “máquina do tempo” que permite idas e voltas ao/do passado. O fato de a memória de arquivo separar a fonte do conhecimento daqueles que conhecem, ou seja, de ser observado em si como espelho (ainda que deformado e deformante) de sua entidade produtora, leva autores como de Certeau a afirmar que o arquivo é uma memória expansionista, imunizada contra a alteridade (Certeau, 2005). O que muda, ao longo do tempo, é o valor, a relevância e o significado do arquivo: como os itens nele contidos são interpretados ou incorporados. Há vários mitos que acompanham o arquivo, como aquele que nos faz acreditar que ele não é mediado, no sentido de que os objetos nele contidos significam algo fora da própria moldura do arquivo, enquanto na realidade o que torna um objeto parte de um arquivo, isso é, documento, é o processo pelo qual é selecionado para a análise. Outro mito é de que o arquivo resiste às mudanças, à corruptibilidade e às manipulações de interesses políticos, mas verdade é que partes dele podem aparecer ou desaparecer conforme os interesses mais diversos. A equação escrita como memória/conhecimento é central para a epistemologia ocidental, como escreve Carruthers (2002, p.30): “La métaphore de la mémoire comme surface écrite est si ancienne et si constante dans toutes les cultures d’ Occident qu’il faut y voir, je crois, un modèle directeur ou [...] um arquétipe cognitif”.

Na definição hoje existente de arquivo encontra-se a ideia de invenção, enquanto sua narrativa se torna a construção composta pelos materiais selecionados por grupos ou indivíduos que lhes fornecem forma e conteúdo. Desde que se tornou possível definir o arquivo, nas palavras de Deleuze (2014), como álbum audiovisual de uma época, a visibilidade e a enunciabilidade tornaram-se os estratos das formações históricas que constituem o *corpus* destes arquivos, os quais, como alerta Foucault (1994), não são acumulação de textos preservados por uma cultura, nem os documentos de seu passado nem os testemunhos de sua identidade. Também não são as instituições que permitem o registro e a preservação dos

discursos a serem lembrados. Para Foucault, arquivo é, em princípio, a lei do que pode ser dito; o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. É um arquivo em que as coisas ditas permitem que os enunciados se articulem em figuras diversas e se combinem entre si em múltiplas relações. Dentre os atores que produzem (e dialogam) com os arquivos, lugar de destaque é aquele ocupado pelos artistas que, nessa relação, produzem atlas visuais, obras *miméticas* de narrativas documentais e arquivos mais propriamente identificados enquanto tais – estes últimos, em pelo menos três níveis, sem claras fronteiras, de material que pode se tornar obra, de obra em processo e de obra pronta. Na medida em que trabalham no âmbito da era digital, enfrentam um problema crucial para a própria Ciência da informação, que precisa ser enfrentado, o da transformação dos documentos e dos arquivos em dados, tornando necessário indagar de maneira ampla a questão da transformação digital das evidências.

Os arquivos armazenam uma grande quantidade de dados e informações que, se bem administrada, produzem conhecimentos que podem contribuir de modo significativo com o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea como um todo. Para que os benefícios advindos do uso do conhecimento possam, de fato, gerar contribuições relevantes, a gestão do conhecimento (GC) em arquivos se faz essencial.

Diante de tal situação, esta pesquisa se propôs analisar a produção científica da área da Ciência da Informação que envolva de modo complementar os conceitos-chaves aqui pesquisados que são Gestão do Conhecimento e Arquivos Híbridos. Para tanto, este trabalho se propõe, portanto, a estudar:

- 1) As transformações conceituais do arquivo no século XX
- 2) A gestão do conhecimento
- 3) A produção científica brasileira que trata de arquivos culturais e gestão do conhecimento.

O arquivo entre tradição e inovação

Costumamos definir arquivo com memória ordenada principalmente escrita. O arquivo sempre precisa de um sujeito produtor e, como memória registrada de alguém, seu pressuposto fundamental é a própria escrita, enquanto suas finalidades, práticas e funcionais, são operacionais. O arquivo não trata da transmissão das memórias pessoais de quem escreve, tanto que a formalização dos conceitos tende a se tornar extrema. A razão administrativa é tão forte que adquire valor jurídico. O lado formal do documento é prioritário em relação à sua função,

e no arquivo escrito tradicional deposita-se uma memória gerada por uma entidade com finalidades práticas, administrativas e burocráticas

Os valores do documento e do arquivo tradicional são:

- 1) Práticos e administrativos,
- 2) Jurídicos – e no arquivo cartáceo isso nunca se perde,
- 3) Culturais.

O terceiro ponto representa principal problema na discussão sobre arquivos, pois requer avaliações ligadas a momentos diversos em que o documento foi produzido e nosso tempo. Quem é a entidade produtora de um arquivo? É qualquer sujeito, do indivíduo ao organismo social mais complexo que podemos imaginar, que possui uma atividade. A memória do arquivo serve ao desenvolvimento de suas atividades. O que interessa são as finalidades da entidade produtora, seus recursos e as formas adotadas para alcançá-las. A entidade é consciente dessas necessidades e, desde o começo das atividades, sabe que precisa dessa memória. Cencetti (1970) afirma que o arquivo é a entidade, deslocando o plano existencial para o arquivo, que se torna vivo. No caso da extinção da entidade produtora, será o arquivo a substituí-la totalmente. Claro que nessa afirmação se percebe uma matriz ideológica idealista e positivista amplamente criticada.

Com efeito, se o arquivo é o duplo da entidade desaparecida, não haveria qualquer perda/subtração/mudança em relação ao que se constituiu. O que coordena é o chamado vínculo histórico – ou arquivístico. Sempre conforme Cencetti (1970), os papéis são ordenadas pela forma através da qual a entidade as produziu. Sem esse vínculo só há um conjunto de papéis, não um arquivo.

A tradição arquivística italiana e holandesa elaborou o conceito de arquivo como globalidade das coisas e dos fatos: a totalidade é o arquivo, cujas partes são conectadas pelos vínculos/nexos históricos, onde “histórico” não é conceito disciplinar, mas propriamente arquivístico, isso é, que pertence à evolução da entidade a que o arquivo pertence.

Cencetti (1970) dizia que o arquivo é a entidade produtora, ou seja, mais corretamente, o arquivo é o espelho da entidade, desenhando, assim um arquivo em relação a uma metodologia particular, derivada de uma cultura historicista, romântico/idealista, que vê o arquivo como desenvolvimento orgânico da entidade.

A memória é, porém, só uma seleção da vida da entidade. Em si, portanto, existe uma seleção no arquivo, tratando-se de uma memória especificamente funcional. A forma de seleção escolhida pela entidade é, assim, importante tanto quanto sua ordem. Por outro lado, o arquivo cultural sofre influências por parte das novas mídias audiovisuais de registro, já a partir do

século XIX, obrigando a uma revisão conceitual que abrange, em um primeiro momento, a conceitualização de documento e, conseqüentemente, a de arquivo, até chegar à constatação de uma verdadeira revolução documentária que, conforme Le Goff, não é somente quantitativa, mas também tecnológica, promovendo um elemento que consideramos crucial quando refletimos sobre a constituição da memória cultural. Essa revolução tende, para o autor, a “promover uma nova unidade de informação [...] que leva à série”. Principalmente,

Tornam-se necessários novos arquivos [...]. A memória coletiva [...] se organiza como patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manuseado nos bancos de dados. É necessária uma nova ciência [...] que deve responder contemporaneamente às exigências do computador e à crítica de sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva (Le Goff, 1978, p. 42).

Se os documentos constroem, acidentalmente ou deliberadamente, traços materiais de várias naturezas que podem ser utilizados com finalidades comprobatórias, de educação, ou de registro legal, os monumentos, em contraste, são tradicionalmente entendidos com elementos intencionais através dos quais o passado é rememorado.

Michel Foucault relaciona documentos e monumentos em uma passagem de *Arqueologia do saber* (1994). Na medida em que ele resenha, na introdução de seu livro, os desenvolvimentos recentes relativos às pesquisas no campo das humanidades, Foucault aponta que para os historiadores uma questão central é a reavaliação do uso e da definição de documento, que “não é mais para a história um material inerte através do qual reconstituir o que os homens fizeram, ou disseram, os eventos dos quais somente os vestígios permanecem” (Foucault, 1994, p. 10). Pelo contrário, a história

alterou sua posição em relação ao documento: escolheu, como seu ofício primário, não a interpretação do documento, nem a tentativa de decidir se esse fala a verdade ou qual é seu valor expressivo mas, sim, trabalha-lo do interior e desenvolve-lo: a história, agora, organiza o documento, o divide, distribui, ordena, arranja em níveis, estabelece séries. (Foucault, 1994, p. 10)

São afirmações que, de alguma maneira, se entrelaçam com os resultados da escola da ‘crítica do documento’ ligada à revista *Les Annales*, fundada por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel em 1929.

Em *Apologie pour l’histoire ou le métier d’historien* de Marc Bloch (2015), o autor atribui um peso equivalente aos registros escritos (memórias, minutas e atas de encontros oficiais) voluntariamente transmitidas e àquelas marcas materiais involuntárias (como os achados arqueológicos, ou as marcas das atividades quotidianas) deixadas pelo passado. Ambos os tipos de documentos requerem um exame por parte dos historiadores com renovado

ceticismo, além da simples questão de verdadeiro ou falso. Bloch explica que é necessário ler nas entrelinhas dos registros escritos e desconstruir seu discurso oficial, bem como é necessário ter clareza que as marcas materiais involuntárias podem funcionar como provas somente se soubermos colocar as questões certas.

Bloch e os historiadores dos *Annales* criticavam a visão positivista que favorecia a história política e a confiança que se tinha nos arquivos oficiais, produzidos pelo Estado. Ao lado da abordagem crítica e da ampliação da ideia de documento, a escola dos *Annales* considerava necessária a abertura da história às ciências sociais. Permitindo aos historiadores se deslocar além de suas fronteiras disciplinares, o escrutínio historiográfico da produção e interpretação dos documentos levava a uma reflexão mais ampla sobre os métodos de produção do conhecimento.

Em 1970, Michel de Certeau ampliou a reflexão sobre documento no contexto, no âmbito do que passa a ser chamada *nouvelle histoire*, voltando a atenção dos documentos usados pelos historiadores para a atividade dos próprios historiadores. Em uma passagem de *A escrita da História* (1982), e com um tom claramente anti-autoritário, De Certeau aponta para a qualidade institucional da história enquanto disciplina. Um ‘documento’ nunca é encontrado de maneira acidental. Na realidade, é sempre conscientemente construído como tal pelo historiador em sua prática:

Na história tudo começa com o gesto de *separar*, de juntar, de transformar certos objetos classificados em ‘documentos’. Essa nova distribuição cultural é a primeira tarefa. Na verdade, consiste em *produzir* tais documentos pelos atos de copiar, transcrever, ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo seu *locus* e seu *status*. (De Certeau, 1982, p. 80)

Ainda, vale lembrar o que escreve Jacques Le Goff

O documento é um monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor, voluntaria ou involuntariamente, uma determinada imagem de si mesmas ao futuro. Não existe documento verdadeiro. Todo documento é uma mentira. É tarefa do historiador desconstruir, demolir essa montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção desses documentos-monumentos. (Le Goff, 1978, p. 80)

Se a história se coloca de maneira clara na discussão sobre documentos e, conseqüentemente, de arquivos culturais, o campo da arte também irrompe na cena dos arquivos culturais. Em 1924 Aby Warburg deu início a um projeto monumental de arquivo, o *Atlas Mnemosyne* (2012) com a finalidade de aproximar e inventariar as formas identificáveis da memória coletiva. Ainda que incompleto, devido à morte de seu idealizador, o projeto alcançou o número de sessenta painéis com mais de mil fotografias (Didi-Huberman, 2013). O *Atlas* se configuraria como modelo material de um percurso de construção da memória social através

do agrupamento de fotografias de maneira a cobrir a mais ampla variedade de práticas de representação, apagando as fronteiras entre a arte erudita e a cultura de massa. Trata-se de um dos primeiros exemplos de constituição de um arquivo de memórias visuais baseado nas possibilidades da reprodução técnica permitida pela fotografia. As pranchas do *Atlas* continuam tendo um grande impacto como dispositivo de conhecimento visual: a (re)montagem das imagens, a disposição em esquemas, a possibilidade de ver, ao mesmo tempo, o individual e a pluralidade, a relação não-hierárquica entre os elementos, a heterogeneidade, a estrutura aberta a intertextualidade são questões epistemológicas cruciais não somente dentro da obra de Warburg, mas dentro de uma ideia de arquivo e de arte como foi se configurando, aos poucos, durante o século XX.

A fotografia opera, dentro deste espaço discursivo, com grande destaque, afirmando-se, desde sua invenção, como o novo, grande suporte e registro da memória cultural, como bem se aperceberam, em termos operacionais, Warburg e de um ponto de vista teórico, Benjamin (1987). Através da fotografia a memória cultural, de fato, muda de forma e, em última análise, leva ao culto da preservação e da produção de arquivos (Krauss, 2002).

A prática de arquivo oscila entre duas dimensões, uma metodológica e a outra aplicada, até chegar aos modelos visuais do *Atlas* de Warburg e do “museu imaginário” de Malraux (1994), um “armazém” ideal do qual atingir amplamente ideias, conceitos e imagens que, depois de separados de seu contexto originário, através da operação fotográfica, são recolocados em uma nova sequência. É a esta complexidade metodológica que os arquivos culturais olham, buscando renovar, em suas práticas, conforme o momento, o lugar, os instrumentos técnicos dos quais dispõem e de seus objetivos. Trata-se de uma forma de atualização metodológica através da prática.

Se os documentos constroem, acidentalmente ou deliberadamente, traços materiais de várias naturezas que podem ser utilizadas com finalidades comprobatórias, de educação, ou de registro legal, os monumentos, em contraste, são tradicionalmente entendidos com elementos intencionais através dos quais o passado é rememorado.

Gestão do conhecimento

O conhecimento, de acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), pode ser definido como o conjunto obtido pela informação e o contexto associado, envolvendo a percepção do ambiente, do sistema em que foram compostas e coletadas e de como este sistema atua. Os autores classificam o conhecimento como explícito (aquele que pode ser facilmente transmitido aos indivíduos, de modo formal e sistemático) e o conhecimento tácito (que se encontra nas ações e na experiência dos indivíduos).

Corroborando com as definições acima, Davenport e Prusak (1999) afirmam que o conhecimento explícito é de fácil entendimento, uma vez que está presente no ambiente de maneira que sua disseminação também seja simples, diferente do conhecimento tácito, que é complexo, desenvolvido e apropriado pelo indivíduo ao longo do tempo. Os autores destacam ainda que, independentemente de sua classificação, o conhecimento representa uma vantagem competitiva sustentável que gera retornos crescentes à organização. Ao contrário dos ativos materiais, que diminuem à medida em que são utilizados, os ativos do conhecimento aumentam com o uso, uma vez que ideias geram novas ideias e o conhecimento compartilhado permanece com o doador ao mesmo tempo em que enriquece o receptor (Davenport & Prusak, 1999).

Uma organização, conforme Nonaka e Takeuchi (1997), pode criar e utilizar conhecimento por meio da conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito e vice-versa. Para tanto, foram classificados quatro modos de conversão de conhecimento: (1) *socialização*: diz respeito à conversão de conhecimento tácito para conhecimento tácito por meio da partilha e criação do conhecimento tácito através de experiência direta; (2) *externalização*: está relacionado à conversão do conhecimento tácito para conhecimento explícito, por meio da articulação do conhecimento tácito através do diálogo e da reflexão; (3) *combinação*: envolve a conversão de conhecimento explícito para conhecimento explícito, através da sistematização e da aplicação do conhecimento explícito e da informação; e (4) *internalização*: cuida da conversão de conhecimento explícito para conhecimento tácito, por meio da aprendizagem e da aquisição de novo conhecimento tácito na prática.

Este ciclo de conversão de conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997), chamado de modelo SECI, espiral SECI ou processo SECI, está no núcleo do processo de criação do conhecimento e descreve como os conhecimentos tácito e explícito são amplificados em termos de qualidade e quantidade, assim como do indivíduo para o grupo e, então, para o nível organizacional.

Valentim (2008) ressalta que o conhecimento construído por um indivíduo subsidia a construção do conhecimento do coletivo, e vice-versa. A autora destaca ainda que para que a construção de tais conhecimento de fato ocorra nas organizações, um importante conjunto de processos precisa ser gerenciado, o que caracteriza a Gestão do Conhecimento.

Neste contexto, a Ciência da Informação se apresenta, de acordo com Souza, Dias e Nassif (2011), como a base para o processo de conversão do conhecimento pois, na qualidade de ciência social aplicada, tem seus estudos focados nas propriedades da informação e do conhecimento, bem como nos processos que possibilitam seus processamentos,

disponibilizações e usos efetivos. A Ciência da Informação tem centrado seus esforços no desenvolvimento de estudos que possibilitem o fluxo e a utilização do conhecimento.

A Gestão do Conhecimento, para os autores supracitados, envolve essencialmente o entendimento de como as pessoas, a informação e o conhecimento se relacionam dinamicamente e destacam alguns fatores que contribuíram para o aumento da preocupação com a GC como as mudanças na economia global e o grande avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

A GC, conforme Valentim (2004), representa um conjunto de estratégias que cria, adquire, compartilhe e utilize o conhecimento, a fim de auxiliar no desenvolvimento e construção de ideias, solução de problemas e tomada de decisão.

A GC representa uma importante área de estudos e pesquisas no campo da Ciência da Informação, cujos principais objetivos, de acordo com Castillo e Cazarini (2009) são: procurar não “reinventar a roda” nas organizações e diminuir a redundância das atividades baseadas em conhecimento; ajudar a organização na contínua inovação de novo conhecimento, de modo a criar valor; e ajudar no incremento constante do nível de competência dos funcionários. A consecução destes objetivos, conforme Arora (2002), deve contribuir para a melhoria da produtividade e da inovação, para a redução das probabilidades de tomar decisões erradas e no problema de contar com poucos especialistas em funções distintas da organização.

Dentre as diversas possibilidades de abordagens da gestão do conhecimento, a cadeia que melhor representa a dinâmica estrutural deste processo, de acordo com Souza, Dias e Nassif (2011), deve ser composta por pessoas, conteúdos e tecnologias.

Já que, de acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento só pode ser criado pelos indivíduos e não pelas organizações sem os indivíduos, é importante que as organizações apoiem e estimulem as atividades que desencadeiam a criação de conhecimento dos indivíduos ou que proporcionem os contextos apropriados para elas.

Com o intuito de facilitar a criação do conhecimento nas organizações, Von Krogh, Ichizo e Nonaka (2001) sugeriram alguns elementos “capacitadores”, como instilar a visão do conhecimento, gerenciar as conversas, mobilizar os ativistas do conhecimento, criar um ambiente adequado e globalizar o conhecimento local. Neste contexto, os autores reforçaram ainda que os gestores devem dar suporte à geração do conhecimento ao invés de tentar controlá-lo, o que se dá por meio da disponibilização de ambientes que facilitem os relacionamentos, o compartilhamento e a difusão do conhecimento para além dos limites das fronteiras geográficas da empresa.

Produção científica brasileira

Esta pesquisa exploratória analisa como a produção científica relacionada aos novos formatos de arquivos, em especial, os arquivos culturais e a gestão do conhecimento, tem contribuído para o desenvolvimento da área da Ciência da Informação, por meio de discussões relevantes para a comunidade científica.

Se acredita que pesquisas acerca da gestão do conhecimento e arquivos culturais, no âmbito da Ciência da Informação, são muito importantes, uma vez que contribuem para melhorar a compreensão e a abrangência do campo científico.

Procedimento metodológico

Foi realizada uma pesquisa exploratória que utilizou como base metodológica a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura nos periódicos científicos da área da Ciência da Informação no que corresponde ao tema Gestão do Conhecimento em Arquivos Híbridos.

Os artigos analisados foram extraídos de duas bases de dados nacionais relevantes na área da Ciência da Informação que são a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Base de Dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O limite cronológico de abrangência das publicações foi dos últimos 11 anos completos, entre 2007 e 2017. Nas bases de dados, a busca foi realizada utilizando os mesmos termos e o retorno para cada um deles está apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1: Artigos recuperados por termos e Bases de dados

Termos pesquisados	BRAPCI	CAPES	TOTAL
"gestão do conhecimento" E "arquivo"	7	34	41
"gestão do conhecimento" E "memória"	15	86	101
"gestão do conhecimento " E "museu"	0	18	18
"gestão do conhecimento " E "centro de documentação"	0	03	03
"gestão do conhecimento" E "centros de documentação"	0	17	17
"gestão do conhecimento" E "arquivo híbrido"	0	0	0
"gestão do conhecimento " E "arquivos híbridos"	0	0	0
"gestão do conhecimento " E "arquivos culturais"	0	0	0
TOTAL	22	158	180

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Por meio dessa metodologia, foi possível recuperar na base de dados BRAPCI 22 (vinte e dois) artigos e na base de dados da CAPES 158 (cento e cinquenta e oito) artigos. Desse total de 180 (cento e oitenta) artigos recuperados, 53 (cinquenta e três) foram recuperados nas duas bases de dados, de modo que foram considerados apenas uma vez. Assim, a base de artigos válidos e não repetidos considerados para análise neste estudo se constitui de 127 (cento e vinte e sete) artigos.

Os números de artigos a serem analisados em cada uma das bases utilizadas conforme acima relatado estão descritos na tabela 2.

Tabela 2: Artigos por Base de dados - 2ª. etapa

Base de Dado	Qtde de Artigo
BRAPCI	22
CAPES	105
Total Geral	157

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Apresentação e análise dos resultados

A produção científica a respeito da gestão do conhecimento e de arquivos híbridos, representada pelo corpus da pesquisa, cobriu, como período de publicação, os anos de 2007 a 2017.

Considerando que os mecanismos de buscas disponibilizados pelas bases de dados utilizadas nesta pesquisa permitem a recuperação de artigos que contenham as palavras pesquisadas em qualquer parte do documento, foi realizada uma análise dos títulos, dos objetivos e dos resumos de cada um dos artigos recuperados para se certificar que o objeto de análise dos mesmos envolvia a gestão do conhecimento em arquivos culturais.

A intenção de tal procedimento foi garantir que os artigos recuperados realmente tratavam dos assuntos de interesse dessa pesquisa para que, então, fosse possível, desenvolver nestes uma análise de conteúdo para que os principais temas abordados por estes artigos pudessem ser discutidos.

Após a realização da análise acima descrita, se constatou que nenhum dos artigos recuperados traziam como objeto de pesquisa a gestão do conhecimento em arquivos culturais. Diante de tal constatação, algumas considerações merecem ser destacadas como:

- A gestão do conhecimento representa um conceito ainda recente que precisa ser mais explorado pela Ciência da Informação;

- Arquivos culturais em suas diversas formas de denominações ainda representa um campo em desenvolvimento;
- A gestão do conhecimento precisa ser disseminada aos gestores dos arquivos culturais;
- Os arquivos culturais precisam tirar proveitos dos benefícios advindos da gestão do conhecimento.

Considerações finais

Dentre os elementos essenciais para o desenvolvimento e consolidação de arquivos culturais de qualidade, a gestão do conhecimento deve ocupar lugar de destaque.

Dois importantes conceitos abarcados pelo campo da Ciência da Informação se fazem presentes, quais sejam, a gestão do conhecimento e os arquivos culturais. Este contexto, levou ao propósito deste estudo que foi investigar se os termos Gestão da Conhecimento e Arquivos Culturais se cruzam nas publicações do campo da Ciência da Informação.

Apesar da importância da gestão do conhecimento para os arquivos culturais e de se considerar a diversidade de temas relacionados (Arquivo; Memória; Museu; Centro de Documentação; Arquivos Híbridos; Arquivos Culturais), verificou-se que, a gestão do conhecimento no contexto dos arquivos culturais ainda não é assunto explorado pelos artigos científicos desenvolvidos no campo da Ciência da Informação.

Espera-se que a realização desta pesquisa possa lançar luz sobre estes dois conceitos tão importantes (gestão do conhecimento e arquivos culturais) para a área da Ciência da Informação de modo que mais pesquisas possam ser desenvolvidas e, assim, contribuir para uma área de vital importância.

Referências

- Arora, R. (2002). Implementing KM – a balanced score card approach. *Journal of Knowledge Management*, 6(3), 240-249.
- Barbosa, R. R. (2008). Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas, *Inf. Inf.*, Londrina, 13, 1-25.
- Benjamin, W. (1987). A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bloch, M. (2015). *Apologia della storia*. Alessandria: Falsopiano.
- Carruthers, M. (2002). *Le livre de la mémoire: la mémoire dans l'aculture médiévale*. Paris: Macula.

- Castillo, L. A. M., & Cazarini, E. W. (2009). Modelo integrado para a implantação da gestão do conhecimento, *GEPROS. Gestão da produção, operações e sistemas*, 4, 61-77.
- Cencetti, G. (1970). *Scritti archivistici*. Roma: Il Centro di ricerca (Fonti e studi di storia, legislazione e tecnica degli archivi moderni, 3).
- Davenport, T.H., & Prusak, L. (1999). *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus.
- De Certeau, M. (1982). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense.
- Deleuze, G. (2014). *Il sapere: Corso su Michel Foucault (1985-1986)*. Verona: Ombre Corte.
- Didi-Huberman, G. (2013). *A imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Foucault, M. (1994). *L'archeologia del sapere*. Milano: BUR.
- Krauss, R. (2002). *O fotográfico*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Le Goff, J. (1978). Documento/Monumento. In: AA.VV.: *Enciclopédia Einaudi*. Torino: Einaudi, 39-48.
- Nonaka, I., & Takeuchi H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: Como as Empresas Japonesas Geram a Dinâmica da Inovação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 29. ed.
- Souza, E. D. de, Dias, E. J. W., & Nassif, M. E. (2011). A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais, *Informação & Sociedade*, 21(1), 55-70.
- Valentim, M.L.P. (2004). *Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências*. Londrina: Infohome. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 26 dezembro 2017.
- Valentim, M. L. P. (2008). Informação e conhecimento em organizações complexas. In: Valentim, M. L. P. (Org.). *Gestão da Informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis/Cultura Acadêmica, 11-26.
- Von Krogh, G., Nonaka, I., & Ichijo, K. (2001). *Facilitando a Criação de Conhecimento: Reinventando Empresa com Poder*, São Paulo: Campus.
- Warburg, A. (2012). *L'Atlas Mnémosyne*. Paris: L'Écarquillé/INHA.